



Docência Sapatão: Desobediências Cotidianas na Educação Infantil e anos iniciais

Anamaria Ladeira Pereira¹

Camila Santos Pereira²

Fernando Pocahy³

RESUMO

Professoras inegavelmente lésbicas, professoras sapatonas, em salas de aula com crianças, driblam a obrigatoriedade de ser exemplos de heteronormatividade para a nova geração e protagonizam este trabalho. É preciso admitir que lecionar para crianças impõe cobranças diferentes das que recaem sobre docentes de outros níveis de ensino, apesar disso, tais especificidades costumam ser invisibilizadas como se não existissem. A exigência do padrão da “professorinha”, por exemplo, consiste em inúmeras pressões bem pouco sinalizadas em pesquisas, sobretudo se aliada à sexualidade, raça e geração. Ser professora de grupos de estudantes de zero a doze anos significa ter de lidar, cotidianamente, com imposições despropositadas a respeito do que seriam vestimentas, cortes de cabelo e comportamentos aceitáveis, dentro e *fora* do ambiente escolar. A situação se agrava quando se trata de professoras que estão longe de representar o modelo de “feminilidade” determinado para tal função e que, ao mesmo tempo, vivem relações afetivo-sexuais com outras mulheres. Este artigo baseia-se em pesquisa de mestrado em andamento, cujo referencial teórico e metodológico parte de contribuições de feministas lésbicas interseccionais e docentes-corpos-dissidentes em turmas de crianças.

Palavras-chave: professoras lésbicas, sapatonas, educação infantil, anos iniciais, lesbofobia.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Atua no geni - estudos de gênero e sexualidade e no Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (DEGENERA), ambos na UERJ. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Bolsista Mestrado Nota 10 - FAPERJ. Especialista em Orientação Educacional (UNIASSSELVI). Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do geni - estudos de gênero e sexualidade e do GEETRANS.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ ProPEd e PPGPS, Coordenador do geni - estudos de gênero e sexualidade. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ-FAPERJ).

ABSTRACT: Undeniably lesbian teachers, dyke teachers, in classrooms with children, dribble the obligation of being examples of heteronormativity for the new generation and protagonize this paper. It is necessary to admit that teaching children imposes different demands than those imposed on teachers of other educational levels; nevertheless, such specificities are usually invisible as if they did not exist. The demand for the "professorinha" standard, for example, consists of innumerable pressures that have not been well identified in research, especially if combined with sexuality, race, and generation. Being a teacher of groups of students from zero to twelve years old means having to deal, on a daily basis, with unreasonable impositions about what would be acceptable clothing, haircuts, and behavior, both inside and outside the school environment. The situation gets worse when it comes to female teachers who are far from representing the model of "femininity" determined for such a function and who, at the same time, live affective-sexual relationships with other women. This article is based on an ongoing master's research, whose theoretical and methodological framework is based on the contributions of intersectional lesbian feminists and teachers-body-dissidents in children's classes.

Keywords: lesbian teachers, dykes, preschool, elementary school, lesbophobia.

RESUMEN: Las maestras indudablemente lesbianas, en las aulas con niños y niñas, eluden la obligación de ser ejemplos de heteronormatividad para la nueva generación y son las protagonistas de este trabajo. Hay que admitir que la enseñanza a los niños y niñas impone exigencias distintas a las que recaen sobre las docentes de otros niveles educativos, a pesar de ello, tales especificidades muchas veces se invisibilizan como si no existieran. La demanda del modelo de la "maestra como segunda madre", por ejemplo, consiste en innumerables presiones que, en general, no están bien informadas en investigaciones, especialmente en relación con la sexualidad, la raza y la generación. Ser maestra de grupos de alumnos y alumnas de cero a doce años significa tener que lidiar, en el día a día, con imposiciones irrazonables en cuanto a lo que serían vestimentas, cortes de pelo y comportamientos aceptables, dentro y *fuera* del ámbito escolar. La situación se agrava cuando se trata de docentes que están lejos de representar el modelo de "feminidad" determinado para este rol y que, al mismo tiempo, viven relaciones afectivo-sexuales con otras mujeres. Este artículo se basa en una investigación de maestría en curso, cuyo marco teórico y metodológico se firma en las contribuciones de las feministas lesbianas interseccionales y los cuerpos docentes-disidentes en las clases de niños y niñas.

Palabras-clave: profesoras lesbianas, "sapatonas", educación infantil, educación primaria, lesbofobia.

Que as portas se abram para as sapatonas

A partir de considerações da pesquisa de pós-doutorado de Dayana Brunetto (2021), convidamos a pensar sobre o termo sapatão, que já foi (e segue sendo) muito usado como xingamento. Hoje, após ressignificações, encontra-se em disputa a respeito de seus sentidos e significados, com muitas mulheres que amam/desejam mulheres passando a identificar-se politicamente com essa identidade. E, se é verdade que qualquer mulher que seja suspeita de subverter a heterossexualidade pode ser acusada de ser *uma sapatão*, a agressividade se acentua em relação às que subvertem, também, as formas de vestir-se e comportar-se, como pode ser conferido no Dossiê Lesbocídio (2017). Esse importante documento, desenvolvido por Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Dias, indica que as lésbicas não feminilizadas, aquelas que não correspondem aos estereótipos de *feminilidades* determinados para mulheres na sociedade ocidental, são as mais agredidas, o que também se relaciona a recortes raciais e territoriais.

Levando em consideração, justamente, aquelas que não performam o papel esperado para uma mulher, sendo por isso apontadas como “masculinas”, e que ao mesmo tempo lecionam em turmas de crianças, desenvolvemos este trabalho. Ao nos apropriarmos das palavras/significados/signos dos termos sapatão e sapatona, de forma intercambiável, anunciamos o reconhecimento da resistência incessante daquelas que vieram antes de nós e, com esse chamamento, enfrentaram incontáveis batalhas. Mulheres a quem o termo sapatão era direcionado de forma profundamente desrespeitosa e ofensiva. Zélia Duncan, por exemplo, em entrevista recente ao Diário do Centro do Mundo – DCM, afirma que: “Só Bolsonaro me assusta mais do que a palavra Sapatão me assustou um dia” (BRUNETTO, 2021, p.55). Mais adiante, na mesma entrevista, a cantora afirma que, hoje, tem orgulho de ser chamada assim.

Optamos, nessa perspectiva, por uma abordagem guiada pelos embates discursivos da heterossexualidade compulsória, conceito cunhado pela poeta e teórica Adrienne Rich (2010), exigida de docentes, que, mesmo na atualidade, enfrentam a imposição do arcaico estereótipo da “professorinha”. Normatividade que, geralmente, parece passar despercebida, como se as professoras da educação infantil e/ou dos anos iniciais fossem, em sua totalidade (com raras exceções que confirmariam a regra), o exemplo “natural” do que os *códigos não escritos* ditam. Por perceber a ausência quase absoluta de pesquisas

específicas sobre a sexualidade das *professoras de crianças*, em nosso país, nosso interesse centra-se nas vivências de docentes que atuam nos primeiros anos de escolaridade e cuja sexualidade dissidente seja visível, devido a não performarem o comportamento “feminino” esperado.

Há um especial destaque para os aspectos geracionais e raciais na pesquisa que dá origem a este texto, devido ao reconhecimento da interseccionalidade como um conceito crucial, criado pelo feminismo negro, para analisar a correlação de forças nas relações de poder. Racismo, sexismo e etarismo estão completamente imbricados. Além disso, socialmente, as dissidências sexuais são atacadas de maneiras distintas quando sua manifestação ocorre em diferentes contextos, territórios e etapas da vida. Há a ideia, bastante arraigada, de que, quando se é jovem, “é só uma fase, sabe como é, invenção de moda, vai passar”⁴. Nesse sentido, um dos pontos sobre os quais vale refletir refere-se à expectativa de vida: a de quem se identifica, ama e deseja “como manda o figurino” é mais elevada do que a das demais pessoas. Em vez de séria preocupação e revisão das políticas públicas para sanar essa iniquidade, paira uma grande indiferença. Como reivindicar direitos humanos se você não é considerado humano ou é considerado menos humano? (SHARMA, 2008).

São praticamente inexistentes as pesquisas, na área da Educação, que relacionem mulheres dissidentes sexuais, em geral, e o campo do envelhecimento (POCAHY, 2021). Partimos do pressuposto de que professoras com mais de cinquenta anos, fora do padrão heterocisnormativo, e atuando em escolas com crianças pequenas, são encaradas como se fossem *anormais* ou, no mínimo, como se sua forma de ser estivesse *errada*, representando “uma péssima influência para a nova geração”. Em instituições, antigamente denominadas “escolas primárias”, com seus murais, ditados e cantigas; muitas ainda com suas orelhas de coelho, na Páscoa; espadinhas de jornal, no Dia do Soldado e mestras chamadas de “tias”, vale indagar: hoje em dia, os “equivocos” deixaram de ser riscados com caneta vermelha? Necessário observar as especificidades ainda inexploradas sobre os sentidos de ser professora lésbica / sapatona, e recusar a “feminilidade” hegemônica, *nesses espaços*.

⁴ Sabe-se que preconceitos como esse convivem com violências mais agressivas, sendo o Brasil um dos países em que mais se mata pessoas alheias à heterocisnormatividade. Principalmente pessoas trans, travestis e não binárias. Além disso, cabe acrescentar que “o apagamento, silenciamento e embranquecimento continuam operando com força nas práticas discursivas que envolve[m] o assassinato” de mulheres “fora dos padrões designados como femininos, mais próximas da estética *butch*” (LIMA, 2017, p.71).

Nossa contribuição para o campo traz o olhar acurado para as vivências de docentes *de crianças* e, se é bem verdade que há pontos em comum entre estas e as de professoras de outros níveis, aqui não se desvia o olhar das características que tornam a experiência nos anos iniciais do ensino fundamental e/ou na educação infantil algo que merece ser investigado em suas particularidades. Por outro lado, priorizar as professoras sapatonas significa levar em consideração que a violência dirigida a mulheres de sexualidade dissidente em geral se intensifica quanto maior a distância do modelo exigido (RUBIN, 2003); o que se associa à raça, classe e performatividade de gênero. Assim, nos aprofundaremos na pesquisa bibliográfica, mergulhando em indagações, compartilhando vivências e incitando reflexões.

O protagonismo sapatão na educação: a quem provoca medo?

As motivações para que mulheres como essas sejam as protagonistas de um trabalho de pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* surgem primeiramente da necessidade premente de abrir um diálogo com parte da sociedade que acredita que suas crianças possam ter sua orientação sexual “modificada” devido à educação escolar recebida. É curioso: como se estivesse à mercê do conteúdo de aulas, ou ameaçado pela simples observação, aquilo que pessoas lgbtfóbicas garantem ser totalmente determinado (inclusive por divindades poderosas) e “a forma certa de ser”, “imutável”. É “o destino inexorável” e, simultaneamente, de uma fragilidade espantosa; um verdadeiro paradoxo. Seja como for, não há cura para o que não é doença, nem educação alguma pode interferir para alterar quem desejamos ou deixamos de desejar. Sim, é desagradável (para quem acredita que a educação é capaz de modificar o que quer que seja) encarar a realidade: há o que não depende da educação, há o que a educação, faça o que fizer, não altera. E não porque haja uma essência a preservar, ao contrário, “a consciência engajada na experiência ignora, deve ignorar as essências e as determinações do ser” (FANON, 2008, p.121).

O fato é que a escola tem um poder limitado para fixar padrões que não cabem, simplesmente não cabem na fluidez, na inconstância, na impermanência mesma, inerente à existência humana, ainda que a messem à agressão e à tortura, piadas e humilhações. Que tal refletirmos a esse respeito com um exemplo mais prático? Quase ninguém sabe

(pois essa parte da história não costuma ser ensinada) que pessoas canhotas, durante a Idade Média, foram torturadas e queimadas como bruxas e bruxos. Eram obrigadas a usar a destra. E talvez uma pessoa canhota realmente aprenda a escrever com a mão direita, se a obrigarem a esse aprendizado, mas será que a mão esquerda, mesmo tendo sido amarrada, desaprende, perde sua habilidade?

Some-se a essa desinformação (incentivada em nível nacional), a dificuldade em encontrar vozes de sapatonas professoras de crianças em pesquisas, como se não existissem ou não merecessem ser ouvidas. Quando sabemos que existimos e escrever sobre nós é resistir ao apagamento que vigora há séculos, milênios, é afrontar a mesmice da nossa invisibilidade. Aqui, desacatamos a persistente cobrança por professoras mulheres modelos de candura, que se sobressai ainda mais fortemente se são responsáveis por turmas de crianças.

E como é isso de ser dissidente no antro em que “siga o modelo” vem escrito em tantas folhinhas e há tanto tempo? Se pudessem ser empilhadas, tais folhas talvez alcançassem a lua sem a necessidade de foguetes, apenas uma em cima da outra: “siga o modelo abaixo”, “siga o modelo acima”, “siga o modelo com atenção” e as crianças vão adiante, colorindo apenas dentro da figura, decalcando o que está dado como certo, desaprendendo seus traços primordiais. Seguindo, no entanto, o modelo “tão direitinho” que, quem sabe, ganhem um elogio, um sorriso, um parabéns vindo daquela que também deve ser modelo para as dezenas de pares de olhinhos em suas fileiras, comportados. E, se não estão, comportem-se, comportem-se, isso são modos?! Ora, quem pode negar que a escolarização do corpo, como afirma Guacira Lopes Louro (2019, p.21), é “atravessada por sutis e profundas imposições físicas?” Ainda segundo a autora, no livro, com o sugestivo título, *O corpo educado* (2019), há um diligente investimento na produção das *masculinidades* e *feminilidades*. As meninas, por exemplo, aprendem que é importantíssimo serem bonitas e quietinhas, são ensinadas a comportar-se com obediência e discrição, a sentar-se com as pernas fechadas, a cumprir ordens sem reclamar, em suma, são ensinadas a abaixar a cabeça.

Agora, uma dúvida: como exigir bom comportamento da turma, quando a professora é mal comportada? Sim, mal comportada, segundo o regulamento que foi escrito há muito tempo; caiu em desuso há muito tempo; mas segue valendo, segue valendo. “Quem sabe algumas dessas docentes *esquisitas* nem se importem em exigir que

suas turmas se comportem? O que faremos, no ano seguinte, quando estiverem com a próxima professora? A coitada terá de sapatear para disciplinar essas crianças sem limites... Então, o que se pode fazer com educadoras *desse tipo*, cujos modos contrariam *os certos*, se revelando *inaceitáveis*? Pois que se adequem!”. Cabe uma analogia ao braço esquerdo amarrado. “Que sejam forçadas a ser destros todas essas que se atrevem a ir além do estreito tracejado das folhinhas de exercício”. À base de violência, silenciamento, medo? As “desviantes” nos perguntamos. Aquelas que se sentem o modelo da normalidade e ignoram e/ou fomentam a violência que recai sobre nós, sugerem, tão delicadas e meigas, que apenas sigamos o modelo e não haverá problemas. Então, a delicadeza e a meiguice também podem ser violentas? A assertividade e a contundência também podem ser suaves? Pensemos, pensemos, pensemos. Pensemos, que pensar é de graça.

Ser uma professora sapatona e trabalhar com crianças, ao mesmo tempo, demanda que estejamos preparadas para a luta ou, quem desaprova nossa forma de existir, nos devolve ao armário, nos dita as vestimentas, o penteado, as expressões do rosto e tudo o mais. Pretendem nos transformar em um arremedo de nós mesmas, ao nos atar em sua dita “normalidade”, esta que nos destitui do que somos e, ao fazê-lo, nos mata, ainda que sigamos respirando. Tal enfoque visa a necessidade de subverter a realidade atual para que chegue o tempo em que a humanidade venha a horrorizar-se ao rememorar a época em que a multiplicidade de formas de existir era atacada. Assim como nos horrorizamos, hoje, diante de costumes terrivelmente desumanos do passado, como a queima de mulheres em fogueiras, acusadas de bruxaria ou, inclusive, de sodomia. Violência que, espantosamente, até a atualidade, permaneceu bastante escamoteada, como se as tais “bruxas”, assassinadas com requintes da mais sórdida crueldade, fossem a representação do mal e merecessem o destino que a “Santa” Inquisição determinou. Crimes contra a vida de mulheres que o sistema patriarcal considerava perigosas e que a população local corroborou para que acontecessem, pois, o que representa silenciar perante os absurdos, se não compactuar com as suas consequências?

Durante os séculos seguintes, representadas como vilãs assustadoras, nos contos infantis, hábeis em feitiçarias capazes de provocar sofrimentos descomuns a mocinhas indefesas, fortaleceu-se a imagem de que queimar mulheres vivas em fogueiras era um mal menor. Isso sem falar na ausência de qualquer menção à caça às bruxas como instrumento de colonização e, menos ainda, às resistências que ocorreram contra essa perseguição, que

visou eliminar “a herege, a curandeira, a esposa desobediente, *a mulher que ousa viver só*”, entre outras que se mobilizaram contra a exploração a que estavam submetidas (FEDERICI, 2017, p.24, grifos nossos). Vale ter em mente que parte do quantitativo de mulheres assassinadas, tachadas de hereges e criminosas, eram mulheres de sexualidade dissidente,⁵ que estavam simplesmente vivendo a própria história, apesar de todos os riscos. Essencial que, hoje, nos perguntemos, por que “o ato de cruzar a fronteira do comportamento masculino ou feminino apropriado (isto é, aquilo que é culturalmente definido como apropriado) parece, algumas vezes, a suprema transgressão”? (WEEKS apud LOURO, 2019, p.80). O que nos ensinaram que há de prejudicial nesse tipo de comportamento/atitude/presença? O que justifica que, na terceira década do terceiro milênio, sigamos lidando com perseguições que visam modificar nossa forma de ser ou, simplesmente, nos eliminar?

Em suma, ser sapatão, significa estar à mercê de “violências das mais diversas, em razão do ódio que, por vezes, se tem pelo seu modo de desejar e amar, tão legítimo quanto o modo de desejar e amar das mulheres e homens heterossexuais” (AUAD; MARTINS, 2020, p.48). A violência recrudescer quando há a recusa em performar a tal da *feminilidade* (PERES *et al*, 2018). Ainda hoje precisamos lutar contra morais e costumes que tacham nossa existência como erro, pecado, crime, doença, enquanto se autoproclamam os únicos costumes possíveis e a única “verdade verdadeira”. Quem lucra com essas violentas imposições e quais privilégios se estabelecem? Não seria urgente nos perguntarmos que interesses as alimentam, em lugar de nos resignarmos a reiterar que “as coisas eram, foram ou são assim mesmo”?

MULHERES DE SEXUALIDADES DISSIDENTES NA DOCÊNCIA: PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Sabe-se que, historicamente, as mulheres foram educadas para o espaço doméstico e para assegurar “os bons costumes”, sendo uma de suas principais funções o cuidado do marido, da prole e da casa. De acordo com Paula Leonardi, “era preciso bem educar

⁵ Os homens de sexualidade dissidente também eram queimados. Segundo Federici (2017), seus corpos eram usados como lenha para acender as fogueiras das supostas bruxas. Difícil digitar/ler estas linhas sem grandes doses de agonia. As atrocidades cometidas, hoje em dia, contra quem faz parte da sigla LGBTI+ têm um longo histórico, bem como há um longo histórico de lutas contra essas opressões brutais.

especialmente a mulher, disseminadora de moral e ideais dentro dos lares e educadora por excelência” (2009, p.182-183). Está entranhada no imaginário social brasileiro a imagem da “professorinha”, essa terna e encantadora jovem ou senhora, cuja nobre profissão (a educação das novas gerações) faz com que seja mais cobrada como exemplo e influência para as pequeninas. À vista disso, os limites impostos pelo sistema patriarcal tendem a cercear com mais veemência a sua liberdade, posto que não se espera (e por vezes não se aprova com facilidade) que uma professora de crianças seja impetuosa, contundente e deseje/ame mulheres e se vista como bem entenda.

Um corpo para o qual todos os olhares se voltam, com desconfiança, curiosidade ou abjeção. É a imagem que a norma institucional não deseja ver ou exhibir, pois indisposta ao uniforme. Mas, como corpo-vida, corpo-expansão, o corpo trans [/ o corpo sapatão] assume os cotidianos por onde passa como campos de luta, onde o poder – como relação de forças – estará sempre em disputa (NOLASCO-SILVA; VIEIRA, 2020, p.181).

Diante dessa acirrada e desigual disputa de sentidos, convém destacar que as narrativas de professoras que transgridem a heterocisnormatividade costumam ser, geralmente, negligenciadas na pós-graduação em Educação no Brasil. Argumento salientado em investigações anteriores, como a tese de Tatiana Carvalho, defendida em 2018: *Professoras lésbicas na Educação Básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades*. A partir de uma densa pesquisa bibliográfica, em âmbito nacional e internacional, tanto em sua tese, como em um artigo mais recente (escrito em parceria com sua orientadora no doutorado, Claudia Vianna), há denúncias à ausência sobre o tema: “em relação a docentes LGBT, e, mais particularmente, sobre docentes lésbicas, especialmente no Brasil, as pesquisas ainda são incipientes” (VIANNA, CARVALHO, 2020, p.79). Tal lacuna reforça o silenciamento e a desautorização a que certas identidades são submetidas.

Uma breve busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES,⁶ aponta que a palavra-chave “lésbicas” está em cerca de cinco centenas de trabalhos desse banco de dados. Quando se trata de mestrados e doutorados *em Educação*, entretanto, pouquíssimas são as pesquisas, em nosso país, que se dedicaram a aprofundar-se na identidade de gênero e orientação sexual *das docentes*. O mesmo ocorreu quando investigamos o Portal de Periódicos da mesma coordenação. Vazio corroborado no Dossiê

⁶ Site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 8 jan.2021.

Sapatão é Revolução! Existências e Resistências das Lesbianidades nas Encruzilhadas Subalternas, publicado em 2017, na Revista Periódicus. Nesse dossiê, repleto de artigos bem diversificados a respeito da existência lésbica, “as autoras mencionam a escassez de produções em lesbianidades na academia e o quanto esse tema foi tratado como um apêndice da homossexualidade gay, gerando assim um certo apagamento da existência lésbica no mundo acadêmico” (OLIVEIRA; MATTOS, 2018, p.18). Ou seja, percebe-se que há imensa falta de produções acadêmicas a respeito das lesbianidades/bissexualidade/dissidências sexuais de mulheres, em geral, para muito além da questão das professoras. A grande maioria dos trabalhos encontrados, em ambas as plataformas citadas, centra-se nas trajetórias escolares de meninos cis gays, pessoas trans e, em menor número, meninas cis lésbicas e/ou bissexuais. Mesmo que nós, mulheres, sejamos a maioria absoluta de profissionais na Educação Básica, quase não há pesquisas *em Educação*, frise-se, sejam trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado ou artigos, na área, *sobre a sexualidade das professoras*.

Um verdadeiro tabu, para o qual há uma explicação histórica: na primeira metade do século XX, como a Santa Sé almejava um clero submisso aos seus ditames, diversos colégios religiosos foram fundados no Brasil e neles se “incitava uma participação social permeada por valores católicos, transformando o *ethos* (sistemas de esquemas implícitos de ação e apreciação) em ética (conjunto sistematizado de normas explícitas)” (LEONARDI, 2016, p.16). Nesses entons, acontecia a primeira onda do feminismo no Brasil e é preciso sublinhar que

apesar de modesto, no início da década de 30, o movimento feminista trazia ideias inovadoras. Para se contrapor a elas, Igreja e Estado Novo erguiam a bandeira da grande tarefa da mulher frente à pátria: a educação dos filhos. Esta ideia seria estendida também para *a professora, a mãe simbólica*. As lições morais contidas nas conferências referiam-se às qualidades morais e virtudes então valorizadas, evocando imagens espetaculares da mãe e da professora. Imagens/mercadorias à venda na escola (LEONARDI, 2004, p.90, grifos nossos).

Quase cem anos antes disso, em meados do século XIX, já era obrigatório para as mestras (naquela época, apenas brancas)⁷ demonstrar “honestidade e prudência” para que

⁷ Às mulheres negras não era permitido lecionar em escolas primárias, quando foi abolida a escravização, pois as ideias racistas seguiram em vigor, dando início à ideologia eugenista. Esta apelava para a “Ciência”, que assegurava a “superioridade branca”.

fossem “dignas de tal ensino”, que exigia “moral inatacável” e locais de moradia “decentes e saudáveis”. Deviam manter-se preservadas da “contaminação dos vícios”, porque eram descartadas as que se “desviassem do bom caminho”, além disso, “a ocupação de professora devia ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe”. (LOURO, 2009, p.449). Cabe enfatizar que, até hoje, há uma visão dessas profissionais atrelada à maternagem, imagem fortemente (re)produzida pelas mídias. Persistem em cobrar o estereótipo da “professorinha”, o que se acentua na educação infantil e nos anos iniciais, etapas em que a participação das mulheres está, em média, em torno de 90%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018).⁸ Desde séculos passados, as professoras

precisavam exercer um estrito controle sobre as suas falas, posturas, comportamentos e atitudes (...) Aparentemente negada, a sexualidade da professora na verdade ocupava o imaginário de todos (...) podia ainda ser representada como homossexualidade. Restrita a conversas reservadas, a sexualidade de algumas professoras, principalmente das solteiras e das viúvas, foi alvo de condenação quando dirigida a outras mulheres e, de modo especial, às próprias estudantes (LOURO, 2009, p.467-469).

Nota-se que as educadoras de crianças são vistas, desde tempos imemoriais, como seres supostamente imaculados que devem manter como uma das maiores preocupações de sua existência os cuidados com sua “aparência feminina”, o que já era cobrado há dois séculos: “sua profissionalização não podia se chocar com a sua *feminilidade*” (LOURO, 2009, 446). Ao mesmo tempo, manter-se “recatada” (bela e do lar também, se possível) continua sendo, inclusive na atualidade, a única atitude admissível em sua função. Casar-se com um homem e dedicar-se à maternidade, além de ao trabalho como “tia”, convenhamos, igualmente são vistas como ações bastante aconselháveis para quem abraçou essa profissão.

Por outro lado, há de se reconhecer que boa parte das professoras escolhe o destino esperado, sente-se bem em vestir-se e comportar-se segundo parâmetros considerados femininos, tem marido, crianças e está satisfeita assim. Pois todas essas que sigam fazendo da maneira que preferirem, ou há algo que as impeça? O ponto fundamental reside em: com que motivações se dão os julgamentos morais às professoras que desejam seguir caminhos inusitados, amar/desejar outras mulheres, vestir-se de forma pouco ou nada

⁸ Segundo o perfil do professor da educação básica, de Maria de Carvalho. Brasília, DF: Inep. MEC, 2018.

“feminina”? E mais: devido a que condições as atitudes “masculinas”⁹ seriam tão graves quando vindas de uma professora?¹⁰ Importante entender como os seus silêncios a respeito de sua vida pessoal ecoariam na sala de aula, sendo as crianças, em geral, curiosas e perguntadoras, e as outras docentes e funcionárias da escola, também. “É necessário lidar com flexibilidade e 'jogo de cintura' (...) pois é bastante comum que o grupo faça perguntas sobre a sexualidade dos educadores” (BOHM; DORNELLES, 2007, p.72).

Nessas relações também podemos evidenciar como “o apagamento da lésbica é central para a opressão das mulheres heterossexuais; um processo que reforça a heterossexualidade é uma instituição política que desacredita as mulheres” (SAUNDERS, 2017, p.107). A (re)produção da vigilância sob o corpo das mulheres, inclusive por outras mulheres, é um exemplo da potência da manutenção das normativas heteronormativas, não apenas nas escolas, mas em todas instituições sociais. A professora, “aquela que também representaria a norma padrão e estaria ali para neutralizar possíveis ameaças à ordem instituída dos gêneros [e não para ser um alento para] corpos indesejados, inconvenientes” (NOLASCO-SILVA; VIEIRA, 2020, p.174)

Professoras de crianças sentem um clima de desconfiança e receio por parte de colegas, em virtude da sexualidade dissidente que vivenciam? Sofrem perseguições nas escolas em que trabalham e/ou são “lembradas a todo momento de que são parte daquilo que a maioria chama de desviante, difícil, inferior, ou um escancarado errado” (LORDE, 2019, p.235) e ridicularizadas por serem mulheres assertivas (COLLINS, 2019)? Sua simples presença (modo de vestir e agir) faz com que a orientação alheia seja (pelos mesmos outros que as tornam outros) questionada? E como essas professoras reagem a situações lgbtfóbicas que presenciam nas escolas?

Nesses casos, essas docentes são julgadas ao interferir, como se estivessem “puxando a brasa para a sua sardinha” e buscando transformar as crianças em pequenas *sa(pa)tãs*? Que contextos levam a que as chamadas “professorinhas”, quando fora da norma imposta, sejam consideradas tão ameaçadoras? Serem diariamente encaradas como motivos de estigma e vergonha, desobedientes e excêntricas, afeta sua saúde física

⁹ Muitas vezes, neste texto, “femininas” e “masculinas” vêm entre aspas para deixar bem visível que essas são características arbitrárias, construídas, variáveis e/ou impostas.

¹⁰ Sobretudo de níveis iniciais de ensino, visto que essa é a questão central da pesquisa.

e/ou mental? Como se organizam para traçar estratégias de enfrentamento? Em suma, como é ser professora de educação infantil ou dos anos iniciais e, ao mesmo tempo, sapatão, quando a postura de “professorinha” é “a correta” e quem proclama “Deus acima de todos” acredita e/ou propaga mentiras como “ideologia de gênero”, “kit gay”, retira o debate de gênero do PNE?

No momento político que estamos vivendo, com o apelo à moral, ao fundamentalismo religioso de base cristã e à conservação de arcaicos padrões de comportamento, além do reforço ao racismo abissal e à discriminação à população LGBTI+, há urgência no desenvolvimento de pesquisas que visem o protagonismo de professoras dissidentes sexuais. Especialmente porque professoras que não performam a norma esperada costumam ser silenciadas e/ou ignoradas, como se não existissem ou não importassem muito, especialmente quando são mulheres negras e vivem na periferia (LIMA, 2017). Ao mesmo tempo, suas formas de agir – ser, viver, pensar, trabalhar e amar – seguem, constantemente, tolhidas, bem como as suas oportunidades laborais em igualdade de condições. Tudo isso porque contrariam o pensamento dominante de que uma mulher deve ser “assim ou assado”, se comportar de “tais e tais” maneiras. Em vez disso, ousam se pronunciar como corpos que produzem incômodos, interrogações; mesmo que “as lésbicas [estejam] sempre à margem, tanto em tempos de crise quanto de expansão, [sejam] as mais afetadas. A subalternidade feminina é um estado comum a todas as mulheres que vivem em sociedades patriarcais” (SOARES, 2021, p.305) e não há maneira de reverter esse problema sem expor seus meandros.

Neste texto, portanto, nosso foco centra-se em destrinchar os jogos de dominação que nos empurram para a margem, sabendo que “a academia não é um espaço neutro nem tampouco, simplesmente, um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p.51). Violência que aumenta de forma exponencial se quem ocupa uma vaga, seja como estudante seja como docente, apresenta uma identidade desvalorizada por quem autoriza a organização da hierarquia da validade de cada vida, pois “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2000, p.69).

Um exemplo do que é ser representada como indecente, hipersexualizada, desprezível e até mesmo monstruosa pode ser verificado a seguir. Até bem pouco tempo atrás, ao buscar informações no Google sobre “professores gays” apareciam,

prioritariamente, diversas narrativas de vida e de formação de professores homossexuais. Ao buscar, no mesmo site, “professoras lésbicas”, aparecia, essencialmente, pornografia. O mesmo acontecia quando a busca era feita em inglês, em espanhol e em francês. Na verdade, o termo “lésbicas”, por si só, direcionava para sites de conteúdo sexual, apesar de que os termos “homossexual” e “trans”, nessa mesma época, conduziam a páginas informativas. Essa situação gerou uma série de reclamações, que fizeram com que a empresa consertasse seu algoritmo. A partir de julho de 2019, passou a ser possível pesquisar sobre “lésbicas” sem que estas sejam associadas, automaticamente, ao pornô.¹¹ Convenhamos que foi um evento bastante recente, o que significa que, durante vários anos, a empresa corroborou com estereótipos machistas, misóginos e *lesbifóbicos* direcionados a mulheres que rejeitam a heteronormatividade.

Destacamos que o fato de o Google ter cedido e alterado o direcionamento das buscas só ocorreu após forte pressão de movimentos que lutam pela causa lésbica, não foi algo que surgiu espontaneamente, como muita gente parece crer diante das mudanças que ocorrem em direção à igualdade. Será que a crença na geração espontânea de transformações não se deve ao estímulo (religioso, escolar e midiático, em geral) para ignorar os embates que levaram algumas injustiças a serem reconhecidas e mitigadas? Independente da retratação, o resultado dessa breve e simples investigação comparativa entre as diferentes letras da sigla nos mostra que há uma opressão dirigida, especificamente, às mulheres de sexualidade dissidente. Em sociedades patriarcais, que objetificam mulheres, as que se recusam a seguir a cartilha heterocisnormativa correm o risco constante de ser invisibilizadas ou fetichizadas. Nesse sentido, percebe-se que ainda há um longo percurso para que as trajetórias de professoras, recheadas de demonstrações de afeto visíveis ou invisíveis, sejam consideradas sem apelos sexualizantes.

Não podemos deixar de pontuar um fato curioso e um tanto revoltante também. Realmente, desde o conserto no algoritmo, a busca, no Google, pelo termo “lésbicas” não é mais encaminhada a páginas pornográficas, ao clicar na aba que leva a textos ou na aba que leva a vídeos. “Professoras lésbicas”, porém, continua a direcionar, exclusivamente, à pornografia, na primeira página de buscas na aba de vídeos. Da segunda página em diante, há uma ínfima minoria de vídeos que não se concentram no que a primeira página faz em

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/08/tecnologia/1565280236_871191.html
Acesso em: 15 ago. 2021.

sua totalidade: objetificar as professoras lésbicas, associá-las a segredos inconfessos, libido acima da média, desejo incontrolável por alunas e uma quantidade excessiva de cenas de sexo. A imensa maioria dos vídeos expõe supostas professoras de sexualidade dissidente, num conjunto de imagens estereotipadas que, como um todo, soterra as possibilidades de que uma professora possa alhear-se à heterossexualidade compulsória (RICH, 2010)¹² e, simultaneamente, refutar os grotescos padrões esperados, que recaem sobre elas, sobre nós.

A questão da estereotipia, que segue vigente, pode ser vista como um “procedimento de exclusão da existência lésbica e está presente inclusive em certo movimento feminista e também marxista. Ou seja, para falar como Audre Lorde, é a exclusão dentro da exclusão” (MARINHO, 2021, p.248). Sendo ouvidas ou ignoradas, de forma alguma, caminhamos sós. Por mais solitários que alguns trechos do trajeto possam ser, não vamos sozinhas. Apesar da grave escassez de teses, dissertações (e mesmo artigos), na área da Educação, que abordem questões relativas às vivências de docentes de sexualidade dissidente, as existentes nos proporcionaram momentos instigantes de leitura e análise, de modo que se tornaram nossas companheiras durante a travessia. Tanto a tese de Daniela Maciel (2014) quanto a dissertação de Jardinélio Reis da Silva (2019) e especialmente a tese de Tatiana Carvalho (2018), que citamos antes.

Seguindo com as análises das produções, nos debruçamos nos textos sobre lesbianidades e escola. Foram poucos os textos encontrados, ou melhor, há uma quantidade significativa de trabalhos que abordam a diversidade sexual no campo da educação e não exclusivamente das especificidades das lesbianidades na escola. *As vivências lésbicas são muito pouco trazidas para o debate no meio acadêmico* (OLIVEIRA, MATTOS, 2018, p.21, grifos nossos).

Diversas vozes apontam a mesma lacuna, anteriormente mencionada, e nós as propagamos devido à necessidade de explicitar essa ausência, afinal, não podemos deixar de nos perguntar o porquê de tamanho silêncio. “Sobre essa população numerosa e que precisa ser representada e ouvida, ainda há muita pesquisa e escuta a serem feitas” (AUAD; MARTINS, 2020, p.32-33). Interessante notar que uma boa parte das pesquisas atuais que rompem com o silenciamento foram desenvolvidas por mulheres e/ou pessoas de sexualidade dissidente, ou seja, são as próprias pessoas que rejeitam a

¹² “A heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade são, ambos, sistemas políticos racializados, imbuídos de colonialidade” (SAUNDERS, 2017, p.110).

heterocisnormatividade compulsória que, através de investigações científicas, estão rompendo com a invisibilidade a qual estamos, socialmente, sujeitas? Parece que sim. Isso pode vir a ser investigado em outro contexto.

Por ora, apenas sinalizamos (reforçando o que já foi dito em outras pesquisas) que há bem poucos trabalhos que põem em foco as lesbianidades ou as dissidências sexuais de mulheres e, trazemos um fato não mencionado, ao menos não nos textos que lemos: percebemos que a maioria dos artigos, teses e dissertações encontrados foram desenvolvidos por integrantes da sigla LGBTI+. Será que é uma coincidência o fato de os nossos trabalhos não serem valorizados? A justificativa usada é a de que se trata de análises deveras subjetivas, por demais implicadas. Quando o que não se diz, mas se pode pescar nas entrelinhas, é que querem continuar tendo o poder de falar sobre nós, com exclusividade, e que sua fala seja a única autorizada, pois, “é óbvio”: “é objetiva, distanciada”. Mas, pensemos coletivamente, não foram essas mesmas *peessoas distantes*, vejam só como são as coisas, as que inventaram que é *muito mais apropriado* uma pesquisa se desenvolver dessa maneira “imparcial”?¹³ Invenção que colou por muito tempo, mas já vem sendo desbancada há décadas, posto que é preciso expor o fato de que ela significa autorizar-se a si mesmas a falar/escrever sobre absolutamente tudo e todo mundo, sem sequer considerar a possibilidade de falar junto, de promover verdadeiras interlocuções. Realçamos a importância de que autoras lésbicas e dissidentes sexuais, em geral, escrevam sobre as lesbianidades, debelando a enorme falta de protagonismo discursivo de mulheres de sexualidades dissidentes, tendo em vista que

muitas pesquisas científicas, feitas por acadêmicas/os são, muitas vezes, pessoas heterossexuais falando sobre *um outro*. Veja que a problemática, nesse contexto, não é impedir ou se mostrar contra pesquisas sobre lesbianidades conduzidas por pessoas heterossexuais, mas sim considerar válidas apenas as pesquisas conduzidas por tais pessoas, de modo a considerar as ativistas lésbicas, como Carneiro pontua no contexto das relações raciais, fontes de saber, mas não de autoridade sobre o assunto, e/ou considerar que o único conhecimento que as acadêmicas lésbicas possuem se referem às lesbianidades (MIZAEL, 2021, p.335).

¹³ “Como feminista, não hesito em situar-me e anunciar meus compromissos políticos: acredito na pesquisa engajada, comprometida e situada. E, como disse Hoard Becker (1967), a pergunta não deve ser se temos posições, mas quais são elas” (DINIZ, 2016, p.13).

Quem decide que o que falamos/escrevemos vale menos? Quem decide, por conseguinte, que nossas existências valem menos? Como podemos dar conta de tão exaustivo peso se estivermos desunidas? Cabe ao

feminismo interseccional (...) pensar desde as margens: sendo possível melhorar as condições daqueles que habitam as margens, é possível que esse bem-estar reverbere para toda a sociedade, pois o contrário raramente acontece, de acordo com bell hooks (DÍAZ-BENÍTEZ; MATTOS, 2019, p.72).

A pergunta que não quer calar é a seguinte: Pode haver interseccionalidade, realmente, além da palavra no texto, sem que os referenciais de pensadoras alheias às normatividades opressivas sejam levados em consideração?

Salientamos que nossas afirmações, aqui, são contingentes, provisórias, implicadas, interessadas. Não são *o caminho, a verdade e a vida*. E por que é importante marcar isso? Porque se acreditássemos que a nossa, sim, é a *verdade verdadeira*, estaríamos apenas substituindo o que criticamos por mais do mesmo, tornando-nos as pessoas com o poder de ditar *o certo*, no lugar das que hoje o ocupam. Ou seja, comecemos por nos perguntar se queremos transformar o sistema que nos oprime, unicamente porque nos oprime ou por, independente de que venhamos a nos beneficiar por ele, entendermos que é opressor e deve ser transformado. Talvez, assim, evitemos cooptações, infelizmente muito comuns.

COM OU SEM LICENÇA, AS SAPATONAS JÁ ENTRARAM

Estando esta pesquisa vinculada a um projeto maior que centra-se na produção, marcação e governo (e autogoverno) da diferença (POCAHY, 2019), visamos refletir sobre os sentidos (significados e orientações) que damos a essa produção/marcação/governo da diferença. Assim sendo, entendemos que não existe uma verdade estanque e mais apropriada que outras, trabalhamos com a noção de “verdades contexto-dependentes” (MEYER, 2012, p.54). Faz parte das nossas escolhas ético-estético-político-metodológicas (ad)mirar, especialmente, a corporalidade, a gestualidade, o vocabulário, para investigar como os sentidos são produzidos e de que forma são partilhados, a fim de produzir essas verdades que circulam por aí como as únicas possíveis. Como não podemos negar que há modos, entre os que vamos produzindo, que são completamente ininteligíveis em outros

contextos, buscamos pontes e interseções que nos aproximem, traduzam, desvelem. A teoria, nessa perspectiva, também é uma prática de reflexividade organizada. Após muita reflexão, passamos a compactuar com o pensamento a respeito das teorias serem performativas, ou seja, descreverem objetos que elas mesmas estão constituindo (BUTLER, 2019).

Tendo em vista que o Brasil é um dos países em que mais se mata lésbicas, no mundo, é importante especificar que as não feminilizadas são assassinadas em maior número.¹⁴ De fato, independência e descolonização em relação às normas cisheterossexuais perturbam profundamente integrantes da sociedade heterocisnormativa, que têm muito ódio de quem consideram “diferente” das expectativas que projetam de submissão, e mais fúria ainda diante da liberdade e felicidade dessas pessoas que não se rendem. Essa não rendição passa pela transformação “das identificações negativas como 'sapatas' ou 'bichas' (...) em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à 'universalização'” (PRECIADO, 2011, p.15).

Muito embora, até hoje, sejamos tachadas como incorrigíveis, independente dos estudos científicos que comprovam que não há desvio algum em nossas atitudes, orientações, escolhas, comportamentos, decisões, simplesmente outras rotas, tão oportunas, saudáveis e legítimas quanto a rota mais percorrida. Pena que há muita gente tentando tutelar os encaminhamentos alheios com promessas de atalhos mais seguros, trajetos menos arriscados ou acessos mais efetivos para a “salvação”.

Enfim, sabemos que um dos fatores que, sim, nos salva da obrigatoriedade de cumprir os passos opressivos, ditados para seres considerados do sexo feminino ao nascer, é a nossa dissidência sexual. Ao revisar os estudos centrados nas vivências de professoras lésbicas / sapatonas, em especial, lecionando em turmas de crianças, nos deparamos com ausências que causam ecos em silêncios já observados e experienciados. No entanto, com base nas teóricas que demarcam, sem subterfúgios, o lugar do pensamento sapatão, podemos ver que a existência se faz presente com contundência e fora dos armários do disfarce e do medo.

¹⁴ Perfil de 66% das vítimas, segundo o Dossiê Lesbocídio de 2014 a 2017, da Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

Em suma, os resultados da pesquisa bibliográfica evidenciam que

é bastante escasso o número de estudos que valorizam o protagonismo de mulheres lésbicas a partir das suas próprias vozes, ou seja, tendo como ponto comum a valorização das falas, das vivências, das circulações e das estratégias de mobilização dessas mulheres a partir de suas próprias existências. Consideramos que a única forma de combatermos os discursos ultraconservadores se dá na construção coletiva de conhecimento e análises críticas sobre esse processo (OLIVEIRA; MATTOS, 2019, p.105).

Por mais pesquisas sobre as sapatonas nas escolas e em toda parte; nossa voz se levanta em coletividade, somos muitas e podemos falar por nós mesmas. O que falta, na verdade, é sermos ouvidas, respeitadas, como somos pelas crianças em nossas salas de aula.

Referências

AUAD, Daniela, MARTINS, Luisa. Lésbicas e ensino superior: entre o silêncio e a fala.

Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 9, n. 17, jul./dez. 2020.

BOHM, Alessandra Maria; DORNELLES, Priscila Gomes. Repercussões docentes: a produtividade do “educando”. **Dossiê Educando para a diversidade**. Organização: Elisiane Pasini. Realização nuances: grupo pela livre expressão sexual. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: H. B. de HOLLANDA (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, Tatiana. **Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo**: rupturas e construção de visibilidades. (Tese de doutorado) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**: vol. II / Isabel Rocha de Siqueira [et al.] (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.

DINIZ, Debora. Etnografia e políticas da vida – introdução. In FASSIN, Didier. **Didier Fassin: entrevistado por Debora Diniz**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016, pp.7-30.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. RJ: Cobogó, 2019.

LEONARDI, Paula. "Puríssimo Coração": uma escola de elite e sua imagem. **Pro-Posições**, v. 15. n. 2 (44) - maio/ago. 2004.

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.180-198, jun.2009.

LEONARDI, Paula. Educação e catolicismo. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 3-23, out-dez/2016.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol 04, N. 02 Abr. - Jun., 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv> Acesso em: 20 mar. 2021.

LONGHINI, Geni Daniela. Sobre silêncios e alaridos do lugar de fala. In: ALVES, Bárbara; FERNANDES, Felipe (Orgs). **Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes**.1. ed. Florianópolis, SC, Tribo da Ilha, 2021.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: H. B. de HOLLANDA (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In Mary del Priore (org), **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARINHO, Cristiane. Lesbianidades: a face política de sua existência, exclusão e resistência ou as lesbianidades para além dos afetos. In: ALVES, Bárbara; FERNANDES, Felipe (Orgs). **Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes**.1. ed. Florianópolis, SC, Tribo da Ilha, 2021.

MIZAEL, Tâhcita Medrado. Lesbofobia institucional: reflexões sobre saúde, educação e visibilidade. In: ALVES, Bárbara; FERNANDES, Felipe (Orgs). **Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes**.1. ed. Florianópolis, SC, Tribo da Ilha, 2021.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; VIEIRA, Ana Letícia. O corpo trans como corpo-imagem-andarilho: resistência, contestação e desestabilização nos/dos cotidianos escolares. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 2, p. 172-189, 2020.

OLIVEIRA, Leandra Sobral; MATTOS, Amana. Diálogos sobre lesbianidades: uma breve

incursão histórica e análise das produções recentes. **Rebeh – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura** [S.l.], v.1, n.02, p.07-28, jun.2018.

OLIVEIRA, Leandra Sobral; MATTOS, Amana. Narrativas de lésbicas sobre o avanço dos discursos ultraconservadores no cenário atual. In: SOARES, Mayana; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais. (Orgs). **Lesbianidades plurais: abordagens e epistemologias sapatonas**. 1ed. Salvador, BA, Editora Devires, 2019.

PERES, Milena Cristina Carneiro, SOARES, Suane Felipe, DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

POCAHY, Fernando Altair. (Des)caminhos do envelhecimento: gênero e sexualidade nas pesquisas e intervenções na educação e/em saúde no Brasil. In: Sara Isabel Magalhães; Conceição Nogueira (Org.). **Envelhecimento, Gênero e Sexualidades**. 1ed. Famalicão: Edições Húmus, 2021, v. 1, p. 117-136.

POCAHY, Fernando Altair. **Gênero, sexualidade e envelhecimento**: Problematizações interseccionais sobre a produção e o (auto)governo da diferença nas práticas da educação em saúde. 2019. Projeto de pesquisa - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PRECIADO, Paul B. "Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 5, p. 17-44, 2010.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **cadernos pagu**, Campinas, n. 21, pp. 1-88, 2003.

SAUNDERS, Tanya L. **Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis libertária**. Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017.

SHARMA, Jaya. Reflexões sobre a linguagem dos direitos de uma perspectiva Queer. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). **Questões de sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: Abia, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, Claudia; CARVALHO, Tatiana. Formação e prática docente: sobre a visibilidade das professoras lésbicas. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte. Vol. 12, no. 24 (p. 77-90) 31 ago. 2020.